

Sumário

Primeira Parte Conceitos Fundamentais

§ 1º O Direito e a Ação

| | |
|--|----|
| 1 – A Lei e o Direito Subjetivo | 39 |
| 2 – A relação jurídica | 41 |
| 3 – Os fatos jurídicos | 43 |
| 4 – As categorias de direitos | 47 |
| 5 – A lesão do direito | 54 |
| 6 – A ação | 57 |
| 7 – A ação como direito autônomo | 62 |
| 8 – Caracteres da ação | 67 |
| 9 – Elementos da ação | 70 |
| 10 – Classificação das ações | 71 |

§ 2º O Processo Civil e a Relação Jurídica Processual

| | |
|--|----|
| 11 – O processo e sua destinação | 77 |
| 12 – Extensão e limites da atuação da lei no processo | 87 |
| 13 – O processo como fonte autônoma de bens | 89 |
| 14 – Fins anormais do processo | 90 |
| 15 – Objeto do processo | 91 |
| 16 – O processo como complexo de atos. Princípios fundamentais do processo | 92 |
| 17 – O processo como complexo de direitos e deveres. A relação jurídica processual | 97 |
| 18 – Análise da relação processual | 99 |

§ 3º Condições da Ação e Pressupostos Processuais. Sistema

| | |
|------------------------------|-----|
| 19 – Condições da ação | 109 |
|------------------------------|-----|

| | |
|---|-----|
| 20 – Pressupostos processuais | 110 |
| 21 – Confronto, relações e ordem entre as condições da ação e os pressupostos processuais | 112 |
| 22 – Sistema de direito processual civil. Quadro da exposição.. | 114 |

§ 4º A Lei Processual

| | |
|---|-----|
| 23 – Conceito e objeto da lei processual | 117 |
| 24 – Natureza da lei processual | 118 |
| 25 – Contratos processuais..... | 121 |
| 26 – Compromisso..... | 123 |
| 27 – Eficácia da lei processual no tempo | 133 |
| 28 – Eficácia da lei processual no espaço | 144 |
| 29 – Interpretação da lei processual..... | 147 |

§ 5º As leis processuais civis italianas.

Formação histórica dos processos civis modernos. Literatura

| | |
|--|-----|
| 30 – As leis processuais civis italianas..... | 152 |
| 31 – Formação histórica dos processos civis modernos | 154 |
| 32 – Observações sobre a histórica do processo civil. Literatura | 169 |

Segunda Parte

A Atuação da Lei no Processo Civil (as diversas ações e suas condições)

§ 6º A Atuação da Lei em Prol do Autor

| | |
|--|-----|
| 33 – Demanda judicial e sentença..... | 212 |
| 34 – Correspondência entre a demanda e a sentença de recebimento. Os denominados efeitos substanciais da demanda judicial fundada..... | 213 |
| 35 – A demanda judicial como ato de constituição em mora .. | 226 |
| 36 – Efeito geral da sentença positiva de recebimento. <i>Actio iudicati</i> | 227 |
| 37 – A cognição do juiz. A cognição ordinária | 230 |
| 38 – Condições gerais da sentença positiva de recebimento | 231 |

| | |
|--|-----|
| 39 – B) A qualidade ou legitimação de agir | 234 |
| 40 – C) O interesse de agir..... | 238 |
| 41 – Regra geral sobre as condições da sentença de recebimento | 239 |
| 42 – Classificação das sentenças de recebimento..... | 239 |
| § 7º Em prosseguimento, a Atuação da Lei em Prol do Autor Mediante Cognição Ordinária | |
| 43 – Conceito..... | 241 |
| 44 – O interesse de agir como condição da sentença de con- denação..... | 242 |
| 45 – Da oferta da prestação com referência à ação. Oferta real e oferta simples..... | 244 |
| 46 – Créditos exigíveis a pedido. Créditos exigíveis a domicílio do devedor | 245 |
| 47 – Atos de emulação | 247 |
| 48 – Condenação para o futuro | 248 |
| 49 – Conteúdo da condenação | 250 |
| 50 – Efeits da sentença de condenação..... | 250 |
| § 8º Em Prosseguimento, a Atuação da Lei em Prol do Autor Mediante Cognição Ordinária | |
| 51 – Natureza declarativa das sentenças e constituição de efei- tos jurídicos | 253 |
| 52 – Sentenças constitutivas | 254 |
| 53 – Efeitos da sentença constitutiva..... | 257 |
| 54 – Condições da sentença constitutiva | 260 |
| 55 – Casos especiais de sentenças constitutivas..... | 261 |
| 56 – Particularidade da ação oriunda do contrato preliminar..... | 264 |
| 57 – Categoria especial de sentenças constitutivas: sentenças dispositivas | 267 |
| 58 – Objeto da sentença constitutiva..... | 268 |
| § 9º Em Prosseguimento, a Atuação da Lei em Prol do Autor Mediante Cognição Ordinária | |
| 59 – Conceito e função da sentença declaratória | 271 |

| | |
|---|-----|
| 60 – Indicações históricas | 273 |
| 61 – A ação declaratória nos processos modernos | 277 |
| 62 – A ação declaratória no processo italiano..... | 281 |
| 63 – Natureza jurídica da ação declaratória | 283 |
| 64 – Sentença declaratória e sentença condenatória..... | 285 |
| 65 – Condições da sentença declaratória. Ônus da prova | 287 |
| 66 – Concurso da ação declaratória e da ação condenatória | 293 |
| 67 – Caso particular de interesse de agir para a declaração (declaração incidental)..... | 294 |
| 68 – Ação declaratória e responsabilidade..... | 295 |
| 69 – Objeto da sentença declaratória | 295 |
| § 10. Em Prosseguimento, a Atuação da Lei em Prol do Autor | |
| 70 – Executoriedade e definitividade da sentença condenatória. Ação executória anormal | 297 |
| 71 – Declarações com predominante função executiva. Cognição sumária..... | 299 |
| 72 – A) Condenações com execução provisória..... | 301 |
| 73 – B) Condenação sob reserva | 304 |
| 74 – Condenação sob reserva no procedimento documental e cambial (<i>Processus executivus, mandatum de solvendo sine clausula</i> do processo intermédio italiano; <i>Urkundem und Wechselprozess</i> da lei germânica) | 304 |
| 75 – Efeitos da condenação sob reserva no processo cambial. Diversas ações cambiais | 315 |
| 76 – Condenação sob reserva da exceção de compensação..... | 317 |
| 77 – C) Processo monitorio ou injuncional (<i>Mandatum de solvendo cum clausula justificativa</i> , do processo italiano intermédio; <i>Mahnverfahren</i> alemão e austríaco; <i>Mandatsverfahren</i> austríaco; <i>Rechtsbot</i> de alguns cantões da Suíça oriental) | 320 |
| 78 – O processo monitorio ou injuncional na Itália (Lei de 9 de julho de 1922, nº 1.035, e D. R. de 24 de julho de 1922, nº 1.036)..... | 324 |
| 79 – Casos particulares de processo monitorio nas leis italianas | 329 |

| | |
|--|-----|
| 80 – Declarações executórias | 335 |
| 81 – Ação executória anormal e responsabilidade | 335 |
| § 11. Em Prosseguimento, a Atuação da Lei em Prol do Autor | |
| 82 – Conceito | 339 |
| 83 – Condições da medida provisória | 342 |
| 84 – Diversas medidas provisórias ou conservadoras..... | 342 |
| § 12. Em Prosseguimento, a Atuação da Lei em Prol do Autor | |
| 85 – Conceito da execução processual..... | 353 |
| 86 – Os meios executivos..... | 355 |
| 87 – A arrematação, em especial. Sua natureza jurídica | 360 |
| 88 – A ação executória | 374 |
| 89 – Condições da execução e da ação executória..... | 379 |
| 90 – O título executório em especial. Relações entre a ação executória e o título executório | 379 |
| 91 – Dos diversos títulos executórios..... | 385 |
| 92 – Requisitos do título executório | 394 |
| 93 – A legitimação para agir na execução | 400 |
| § 13. A Atuação da Lei em Prol do Réu (A Sentença de Rejeição. A Exceção) | |
| 94 – A sentença de rejeição | 403 |
| 95 – A sentença de rejeição e os fatos jurídicos..... | 403 |
| 96 – A sentença de rejeição e o dever do juiz..... | 404 |
| 97 – Relações entre a sentença de rejeição e a atividade de defesa do réu | 405 |
| 98 – Continuação das relações entre a sentença de rejeição e a atividade de defesa do réu..... | 406 |
| 99 – A exceção em sentido próprio. História..... | 408 |
| 100 – A exceção em sentido próprio. Sua natureza jurídica | 412 |
| 101 – Critérios para reconhecer as exceções em sentido próprio | 418 |
| 102 – Relação entre a exceção e o ônus da prova | 420 |
| 103 – Relação entre a exceção e a reconvenção | 421 |

| | |
|--|-----|
| 104 – Relação entre a exceção e a demanda de declaração incidente..... | 423 |
| 105 – Extinção das exceções..... | 423 |
| 106 – Distinção das exceções. Exceção de compensação..... | 425 |
| 107 – Exceções nos processos de conservação e de execução.. | 427 |

§ 14. A Identificação das Ações

| | |
|---|-----|
| 108 – Conceito e aplicações | 429 |
| 109 – Critérios. Identidade dos elementos da demanda. A) Identidade dos sujeitos (<i>eadem personae</i>)..... | 430 |
| 110 – B) Identidade do objeto (<i>eadem res</i>) | 433 |
| 111 – C) Identidade da causa (<i>eadem causa petendi</i>)..... | 434 |
| 112 – Em especial, da mudança de ação. Demandas novas em apelação | 440 |
| 113 – Concurso de ações..... | 443 |
| 114 – Concurso de normas..... | 444 |

§ 15. Coisa Julgada. Coisa Julgada e Preclusão

| | |
|---|-----|
| 115 – Conceito de coisa julgada..... | 447 |
| 116 – A preclusão de questões como expediente para garantir o resultado do processo. Formação da coisa julgada em sentido formal..... | 450 |
| 117 – Coisa julgada e preclusão de questões..... | 452 |
| 118 – Preclusão de questões determinadas no curso do processo | 456 |
| 119 – Exceção de coisa julgada | 461 |
| 120 – <i>Res iudicata inter partes et non secundum eventum litis</i> | 463 |
| 121 – A coisa julgada e a natureza da provisão do juiz..... | 463 |

§ 16. As Questões Prejudiciais. A Declaração Incidental

| | |
|--|-----|
| 122 – As questões prejudiciais | 465 |
| 123 – Questões prejudiciais e relação processual..... | 473 |
| 124 – O princípio fundamental..... | 474 |
| 125 – As limitações do princípio. A declaração incidente | 476 |

| | |
|--|-----|
| 126 – Condições da ação declaratória incidente | 481 |
| 127 – Normas legais italianas sobre as questões prejudiciais | 482 |

§ 17. Limites da coisa julgada. Limites objetivos

| | |
|--|-----|
| 128 – Extensão da coisa julgada | 491 |
| 129 – Limites objetivos..... | 491 |
| 130 – Exceções e coisa julgada | 493 |
| 131 – Julgado hipotético | 494 |
| 132 – Conflito prático e teórico de julgados | 495 |

§ 18. Limites Subjetivos

| | |
|---|-----|
| 133 – Princípio geral..... | 497 |
| 134 – Aplicações | 498 |
| 135 – Relações com multiplicidade de interessados e relações conexas | 500 |
| 136 – Extensão do processo aos terceiros e tutela dos terceiros. | 504 |

Terceira Parte As Relações Processuais

Livro 1 Os Pressupostos Processuais

Título I Pressupostos Concernentes aos Órgãos do Estado

Capítulo I A Jurisdição

§ 19. A Função Jurisdicional

| | |
|--|-----|
| 137 – Definição | 511 |
| 138 – A jurisdição como função do estado | 512 |
| 139 – A jurisdição e as outras funções da soberania | 515 |
| 140 – A jurisdição como substituição de atividade | 518 |
| 141 – Jurisdição e execução..... | 523 |
| 142 – A denominada jurisdição voluntária. A conciliação..... | 525 |

§ 20. Os Poderes a Serviço da Função Jurisdicional

| | |
|---|-----|
| 143 – Em geral..... | 537 |
| 144 – Poder de decisão. Controle jurisdicional sobre a função legislativa | 537 |
| 145 – Poder de coerção..... | 543 |
| 146 – Poder de documentação | 546 |

§ 21. Extensão da Jurisdição

| | |
|--|-----|
| 147 – Jurisdição e soberania | 547 |
| 148 – Jurisdição e território. Jurisdição e cidadania..... | 549 |
| 149 – A jurisdição italiana e o estrangeiro | 554 |
| 150 – A improrrogabilidade da jurisdição | 560 |
| 151 – A jurisdição estrangeira e seu reconhecimento na Itália. Processo de delibação | 561 |
| 152 – Delibação incidente | 576 |
| 153 – A jurisdição eclesiástica | 581 |

§ 22. Os Órgãos Jurisdicionais. O Tribunal.

A Organização Interna dos Tribunais

| | |
|---|-----|
| 154 – O tribunal como órgão complexo de jurisdição | 585 |
| 155 – A organização interna dos tribunais | 586 |
| 156 – A organização inteira dos tribunais (continuação) B) O escrivão | 597 |
| 157 – Organização interna dos tribunais (continuação) C) O oficial de justiça | 599 |
| 158 – O Ministério Público..... | 605 |
| 159 – Pessoas auxiliares..... | 608 |
| 160 – Comissões para a assistência judiciária..... | 610 |
| 161 – As câmaras..... | 611 |

§ 23. Órgãos Jurisdicionais (continuação) a Pluralidade dos Tribunais.

A Organização Externa dos Tribunais

| | |
|--|-----|
| 162 – Princípio da pluralidade dos tribunais | 617 |
| 163 – Pluralidade de graus de jurisdição | 617 |

| | |
|---|-----|
| 164 – Diversidade dos tipos de tribunais de primeiro e segundo grau..... | 625 |
| 165 – A hierarquia dos tribunais..... | 631 |
| 166 – Pluralidade dos tribunais do mesmo tipo. As sedes dos tribunais..... | 632 |
| 167 – Pluralidade de tribunais derivada da existência de tribunais especiais..... | 634 |
| 168 – Órgãos especiais dos tribunais ordinários | 642 |

§ 24. Organização Externa dos Tribunais.

Relações entre os Vários Tribunais

| | |
|--|-----|
| 169 – Tribunais ordinários e tribunais especiais | 647 |
| 170 – Tribunais civis e tribunais penais..... | 649 |
| 171 – Tribunais civis e tribunais administrativos..... | 653 |
| 172 – Relações e conflitos entre os diversos tribunais | 669 |

Capítulo II

A Distribuição do Exercício da Jurisdição entre os Tribunais Ordinários (Competência)

§ 25. Conceitos Gerais

| | |
|---|-----|
| 173 – A competência e os critérios para determiná-la..... | 679 |
| 174 – Importância diversa dos critérios indicados | 681 |
| 175 – Incompetência originária e incompetência superveniente. | 686 |

§ 26. Competência Determinada pelo Valor da Causa

| | |
|---|-----|
| 176 – Objeto do estudo | 687 |
| 177 – A) Base para avaliação da causa | 687 |
| 178 – Momento da determinação do valor..... | 689 |
| 179 – A cumulação das demandas e o valor da causa | 690 |
| 180 – B) Critérios para a avaliação da demanda..... | 693 |
| 181 – a) Demandas que têm por objeto uma soma de dinheiro (critérios de avaliação comuns)..... | 694 |
| 182 – b) Demandas para cuja avaliação a lei prescreve normas especiais. Litígios referentes a bens móveis | 697 |

| | |
|---|-----|
| 183 – Controvérsias relativas a direitos reais sobre bens imóveis | 700 |
| 184 – Controvérsias na execução | 703 |
| 185 – Causas de valor indeterminável..... | 704 |
| 186 – Ações declaratórias e ações constitutivas..... | 704 |

§ 27. Competência Determinada pela Natureza da Causa

| | |
|---|-----|
| 187 – Generalidade | 707 |
| 188 – Competência por matéria dos órgãos ordinários conciliadores | 709 |
| 189 – Pretores..... | 711 |
| 190 – Tribunal | 713 |

§ 28. Competência Funcional

| | |
|---|-----|
| 191 – Generalidade | 717 |
| 192 – Competência por grau (<i>supra</i> , nº 163; nº 174, c)..... | 718 |
| 193 – Cognição e execução | 718 |
| 194 – Outras competências territoriais funcionais | 722 |

§ 29. Competência por Território

| | |
|--|-----|
| 195 – Foro geral e especial; foros exclusivos e concorrentes; reais e pessoais | 727 |
| 196 – Caráter moderno da competência territorial | 728 |
| 197 – Foro geral..... | 730 |
| 198 – Foros especiais..... | 733 |
| 199 – Foros especiais (continuação)..... | 739 |
| 200 – Foros especiais (continuação)..... | 742 |
| 201 – Foros especiais (continuação)..... | 743 |
| 202 – Foros especiais (continuação)..... | 744 |
| 203 – Foros especiais (continuação)..... | 744 |

§ 30A União das Causas e suas Relações com a Competência (conexão de causas)

| | |
|---------------------------------|-----|
| 204 – Generalidade | 747 |
| 205 – Da união das causas | 747 |

| | |
|--|-----|
| 206 – Da conexão das causas | 748 |
| 207 – Efeitos da conexão sobre a competência..... | 753 |
| 208 – Caso especial do art. 103..... | 758 |
| 209 – Relação inversa entre conexão e competência..... | 758 |

Capítulo III

Capacidade Especial Subjetivos Órgãos Jurisdicionais

§ 31. As Condições Pessoais do Órgão Jurisdicional sua Capacidade, Recusa e Abstenção

| | |
|---|-----|
| 210 – Generalidade | 759 |
| 211 – Condições absolutas de capacidade subjetiva | 760 |
| 212 – Condições relativas de capacidade subjetiva. Recusa e abstenção | 761 |
| 213 – Procedimentos e efeitos..... | 763 |

Título II

Pressupostos Concernentes aos Outros Sujeitos do Processo

Capítulo I

As Posições que os Sujeitos podem Ocupar

§ 32. As Posições Fundamentais

| | |
|----------------------------------|-----|
| 214 – Conceito de parte | 767 |
| 215 – Posições fundamentais..... | 769 |

§ 33. As Posições Secundárias – Intervenção Voluntária

| | |
|---|-----|
| 216 – Conceito | 773 |
| 217 – Intervenção adesiva | 773 |
| 218 – Intervenção principal | 776 |
| 219 – Limites à admissibilidade da intervenção principal..... | 778 |

§ 34. As Posições Secundárias (continuação). Chamamento de Terceiros à Lide

| | |
|--|-----|
| 220 – Chamamento de terceiros à lide | 781 |
| 221 – Casos especiais de chamamento à lide | 783 |

| | |
|--|-----|
| 222 – Chamada em garantia. Conceito e condições..... | 787 |
|--|-----|

§ 35. A Substituição Processual

| | |
|---|-----|
| 223 – Conceito..... | 791 |
| 224 – Aplicações..... | 794 |
| 225 – Duração e limites da substituição processual..... | 797 |

Capítulo II

As Pessoas dos Sujeitos

§ 35 bis. Pessoas que podem Ocupar uma Posição Processual. Capacidade de ser Sujeito Processual

| | |
|--|-----|
| 226 – As pessoas propriamente ditas..... | 799 |
| 227 – Figuras especiais..... | 799 |

§ 36. Capacidade de Estar em Juíz (Capacidade Processual)

| | |
|--|-----|
| 228 – Referências..... | 805 |
| 229 – Observações especiais sobre a capacidade processual..... | 809 |

§ 37. Representação Processual – Advogados e Procuradores

| | |
|--|-----|
| 230 – Representação voluntária no processo..... | 815 |
| 231 – Capacidade de requerer em juízo. Procuradores e advogados..... | 817 |

Título III

Pressupostos não Concernentes aos Sujeitos. Exceções Processuais

§ 38. Exceção de litispendência

| | |
|---|-----|
| 232 – Conceito..... | 825 |
| 233 – Litispendência e coisa julgada..... | 827 |
| 234 – Litispendência e conexão..... | 829 |
| 235 – Regulação de competência..... | 829 |

§ 39. Outras Exceções Processuais de Inadmissibilidade da Demanda

| | |
|---|-----|
| 236 – Exceção de compromisso..... | 831 |
| 237 – Falta de tentativa de composição..... | 831 |

| | |
|---|-----|
| 238 – Necessidade de autorização para agir..... | 833 |
| 239 – Pendência de lide prejudicial..... | 834 |
| 240 – Omissão de determinada prévia por parte do autor (cauções e outras) | 834 |
| 241 – Diversos casos relativos ao assuntos precedente | 834 |

Livro II

A Relação Processual Ordinária de Cognição

Título I

Constituição da Relação

§ 40. Momento Constitutivo. A Demanda Judicial

| | |
|--|-----|
| 242 – Momento constitutivo. O princípio do “contraditório” | 839 |
| 243 – A demanda judicial..... | 843 |
| 244 – Conteúdo da demanda judicial | 845 |
| 245 – Várias formas de demanda judicial..... | 848 |
| 246 – A citação como ato escrito(<i>libelo inicial</i>) | 849 |
| 247 – A citação como atividade do órgão jurisdicional | 858 |
| 248 – Notificações às administrações públicas | 864 |
| 249 – Nulidade da citação. Casos em que se pode sanar..... | 864 |

§ 41. Vícios na Constituição da Relação Processual e sua Importância (Nulidade e Anulabilidade da Relação Processual)

| | |
|---|-----|
| 250 – Caráter da nulidade da relação processual..... | 869 |
| 251 – Carência de pressupostos processuais e vícios da demanda. | 871 |
| 252 – Inexistência, nulidade, anulabilidade da relação processual. | 873 |
| 253 – As nulidades da relação processuais e os recursos..... | 878 |

§ 42. Efeitos da Constituição da Relação Processual – (Princípio da Unidade da Relação Processual) – Em Particular, a *Perpetuatio Iurisdictionis*

| | |
|---|-----|
| 254 – Generalidade | 879 |
| 255 – Particularidades | 879 |
| 256 – Da <i>perpetuatio iurisdictionis</i> mais em particular | 882 |

| | |
|--|-----|
| 257 – A transcrição da demanda judicial. Remessa | 889 |
|--|-----|

Título II

Conteúdo Jurídico Fundamental da Relação

§ 43. Deveres e Poderes do Juiz (iniciativa do juiz, iniciativa das partes)

| | |
|---|-----|
| 258 – Deveres do juiz | 891 |
| 259 – Os poderes do juiz e seus limites. Limite geral | 892 |
| 260 – Os elementos da demanda e o poder do juiz..... | 893 |
| 261 – Poderes do juiz na formação do material de cognição.... | 894 |
| 262 – Fatos notórios e fatos confessados..... | 903 |
| 263 – Reconhecimento da ação e renúncia à ação | 907 |
| 264 – Poderes do juiz acerca dos pressupostos processuais | 908 |
| 265 – Outras relações entre a atividade das partes e os poderes do juiz | 909 |
| 266 – Iniciativa do juiz e da parte no impulso processual..... | 911 |

§ 44 Direitos e Deveres das Partes

| | |
|---|-----|
| 267 – Generalidade | 917 |
| 268 – Sobre o dever de comparecer, responder e participar do processo | 917 |
| 269 – Interrogatório | 919 |
| 270 – Razões da <i>ficta confessio</i> e das outras conseqüências da falta de defesa..... | 921 |
| 271 – Sobre o dever da boa-fé e sobre a culpa no processo ... | 923 |
| 272 – Aquisição processual..... | 926 |

§ 45. Ônus da Prova

| | |
|---|-----|
| 273 – Observação geral..... | 929 |
| 274 – Presunções legais (<i>praesumptiones iuris</i>) | 929 |
| 275 – Ônus da prova..... | 930 |
| 276 – Sobre o princípio fundamental..... | 931 |
| 277 – O ônus da prova e os fatos constitutivos e impeditivos .. | 936 |
| 278 – Aplicações | 940 |
| 279 – O ônus da prova e os fatos extintivos | 943 |

| | |
|--|-----|
| 280 – Confissão qualificada e complexa..... | 944 |
| 281 – Tendências modernas sobre o ônus da prova..... | 945 |
| 282 – Inversão convencional do ônus da prova..... | 946 |
| 283 – Efeito da carência de prova..... | 947 |

Capítulo I

As Atividades Processuais e sua Forma(figura exterior do processo)

§ 46. Formas Processuais em Geral

| | |
|--|-----|
| 284 – Conceito..... | 949 |
| 285 – Necessidades das formas processuais..... | 950 |
| 286 – Conseqüências da inobservância das formas. Nulidades... | 951 |
| 287 – Regras sobre as formas. Condições de tempo e lugar. Audiências. Férias. Meios de expressão..... | 954 |

Capítulo II

As Atividades Processuais Distintamente Consideradas

§ 47. Conceito de Ato Processual (Ato de processo)

| | |
|------------------------------------|-----|
| 288 – Observação geral..... | 963 |
| 289 – Ato jurídico processual..... | 963 |

§ 48. Dos Vários Atos Processuais Próprios da Parte

| | |
|--|-----|
| 290 – Classificação..... | 967 |
| 291 – Negócios jurídicos processuais..... | 969 |
| 292 – Alegações referentes à relação processual..... | 971 |
| 293 – Relação com as alegações sobre o mérito..... | 972 |
| 294 – Alegações relativas ao mérito..... | 973 |
| 295 – Afirmar de fatos jurídicos..... | 974 |
| 296 – Afirmação de fatos simples..... | 975 |
| 297 – Produção de provas..... | 975 |
| 298 – Atos das partes com efeitos substanciais..... | 976 |
| 299 – Disciplina processual desses atos..... | 977 |

§ 49. Atos do Juiz

| | |
|--------------------------|-----|
| 300 – Classificação..... | 979 |
|--------------------------|-----|

| | |
|----------------------------|-----|
| 301 – Provimentos..... | 979 |
| 302 – A Sentença..... | 980 |
| 303 – Ordem e decreto..... | 987 |

**§ 50. Atos dos Outros Órgãos Jurisdicionais
A Publicação da Sentença – As Notificações**

| | |
|--|-----|
| 304 – Em geral. Atos do escrivão. Publicação da..... | 991 |
| 305 – Atos do oficial de justiça. Notificações..... | 993 |

§ 51. Relações entre as Várias Atividades

| | |
|--|-----|
| 306 – Em geral..... | 995 |
| 307 – Regras para facilitar a comunicação..... | 996 |

Capítulo III

**As Atividades Processuais Consideradas como Complexo e em Série
(o procedimento)**

**§ 52. Dos Vários Tipos de Procedimento.
Procedimento Oral e Procedimento Escrito**

| | |
|---|------|
| 308 – Oralidade escrita em geral..... | 998 |
| 309 – Análise do princípio da oralidade..... | 1002 |
| 310 – Objeções à oralidade e refutação..... | 1009 |
| 311 – A oralidade e a variedade dos pleitos..... | 1013 |
| 312 – A oralidade e os poderes do juiz. Os autos..... | 1015 |
| 313 – Dos diversos tipos de processo oral..... | 1017 |

§ 53. O Procedimento Italiano

| | |
|--|------|
| 314 – Características do procedimento italiano..... | 1021 |
| 315 – Análise do procedimento italiano..... | 1027 |
| 316 – A reforma processual da lei de 31 de março de 1901, nº 107. (D. R. de 31 de agosto de 1901, nº 43)..... | 1033 |
| 317 – Procedimentos orais na Itália..... | 1038 |
| 318 – Fatos recentes notáveis no domínio da reforma proces- sual na Itália..... | 1041 |

§ 54. Publicidade

| | |
|---|------|
| 319 – Conceito | 1045 |
| 320 – Publicidade com relação a terceiros | 1045 |
| 321 – Publicidade entre as partes | 1046 |

**Capítulo IV
A Prova**

§ 55. Da Prova em Geral

| | |
|--|------|
| 322 – Princípios gerais sobre a prova. A livre convicção do juiz | 1047 |
| 323 – Graduações da prova | 1049 |
| 324 – Objeto da prova..... | 1051 |
| 325 – Formas, fontes e espécies de prova..... | 1051 |

§ 56. Dos Meios de Prova e dos Procedimentos Probatórios

| | |
|---|------|
| 326 – Das leis sobre as provas..... | 1053 |
| 327 – Regras gerais sobre os procedimentos probatórios..... | 1053 |

§ 57. Confissão e Interrogatório

| | |
|----------------------------|------|
| 328 – Confissão..... | 1057 |
| 329 – Interrogatório | 1061 |

§ 58. Juramento

| | |
|--|------|
| 330 – Juramento decisório | 1065 |
| 331 – Juramento supletório..... | 1068 |
| 332 – Casos especiais de juramento | 1070 |

§ 59. Testemunhas

| | |
|--|------|
| 333 – Conceito | 1071 |
| 334 – Admissibilidade deste meio de prova..... | 1072 |
| 335 – Garantias do meio de prova..... | 1077 |
| 336 – Procedimento para a prova | 1078 |
| 337 – Prova testemunhal em contrário | 1080 |
| 338 – Inquirição para efeito futuro | 1081 |

§ 60. Peritos

| | |
|---|------|
| 339 – Conceito, função e direitos dos peritos | 1083 |
| 340 – Garantias | 1084 |
| 341 – Procedimento | 1085 |
| 342 – Árbitros conciliadores | 1087 |

§ 61. Vistoria. Diligência judicial

| | |
|--------------------------------|------|
| 343 – Conceito | 1089 |
| 344 – Diligência judicial..... | 1089 |

§ 62. Documentos

| | |
|--|------|
| 345 – Conceito | 1091 |
| 346 – Instrumento público e escrito particular | 1093 |
| 347 – Procedimentos probatórios..... | 1098 |

§ 63. Presunções ou Provas por Indícios

| | |
|-----------------------------|------|
| 348 – Conceito | 1105 |
| 349 – Admissibilidade | 1105 |

Capítulo V

Inatividade Processual. Revelia

§ 64. Conceito. Revelia do Réu

| | |
|---|------|
| 350 – Inatividade e revelia. Falta de comparecimento..... | 1107 |
| 351 – Revelia do Réu | 1108 |

§ 65. Revelia do Autor. Revelia de Ambas as Partes

| | |
|--|------|
| 352 – Revelia do autor..... | 1119 |
| 353 – Revelia de ambas as partes | 1120 |

Capítulo VI

Ordem do Desenvolvimento da Relação

§ 66. As Preclusões

| | |
|---------------------------------|------|
| 354 – Conceito e objetivo | 1121 |
|---------------------------------|------|

| | |
|--|------|
| 355 – Efeito da preclusão..... | 1123 |
| 356 – Preclusões no processo italiano..... | 1124 |
| 357 – Decisões | 1129 |

§ 67. Ordem das Exceções

| | |
|--|------|
| 358 – Preclusões derivadas da ordem legal entre as exceções... | 1131 |
| 359 – Ordem nas alegações concernentes à relação processual | 1131 |
| 360 – Ordem nas alegações relativas ao mérito | 1134 |

Capítulo VII

Vicissitudes Possíveis na Relação Processual

§ 68. Transformações na Relação

| | |
|--------------------------------------|------|
| 361 – Transformações objetivas | 1137 |
| 362 – Transformações subjetivas..... | 1138 |

§ 69. Interrupção e Suspensão

| | |
|--|------|
| 363 – Conceito e efeitos..... | 1145 |
| 364 – Interrupção de direito..... | 1145 |
| 365 – Interrupção em virtude de notificação | 1146 |
| 366 – Interrupção ou suspensão por provimento do juiz ou por causas diversas | 1147 |
| 367 – Retomada da relação processual..... | 1148 |

Título IV

Fim da Relação Processual

Capítulo I

Modos Excepcionais

§ 70. Composição Amigável

| | |
|-----------------------------|------|
| 368 – Conceito..... | 1151 |
| 369 – Normas e efeitos..... | 1152 |

§ 71. Perempção

| | |
|---------------------|------|
| 370 – Conceito..... | 1153 |
|---------------------|------|

| | |
|-------------------------------------|------|
| 371 – Condições..... | 1155 |
| 372 – Efeitos | 1156 |
| 373 – Declaração de perempção | 1160 |
| 374 – Custas | 1161 |

§ 72. Renúncia aos Atos do Processo

| | |
|--------------------------------|------|
| 375 – Conceito..... | 1163 |
| 376 – Condições e efeitos..... | 1163 |

Capítulo II Modo Normal

§ 73. A Sentença

| | |
|--|------|
| 377 – Conceito. Remissão..... | 1165 |
| 378 – Vícios da Sentença..... | 1166 |
| 379 – Dos recursos em relação aos vários vícios da sentença... | 1168 |
| 380 – Efeitos das sentenças..... | 1175 |

§ 74. Condenação nas Custas

| | |
|--|------|
| 381 – Princípio geral..... | 1177 |
| 382 – Condenação contra pessoas e a favor de pessoas que não são partes..... | 1180 |
| 383 – Liquidação das custas | 1180 |

Título V Recursos

§ 75. Dos Recursos em Geral

| | |
|---|------|
| 384 – Formação da coisa julgada | 1183 |
| 385 – Diversos meios de impugnação..... | 1185 |
| 386 – Condição da sentença sujeita a recurso..... | 1191 |
| 387 – Execução provisória. Inibitórias | 1193 |
| 388 – Posição dos procedimentos de recurso a respeito da relação processual | 1197 |

| | |
|---|------|
| 389 – Fases intermediárias da relação processual | 1204 |
| 390 – Impugnação das interlocutórias | 1205 |
| 391 – Sentenças parcialmente definitivas e interlocutórias..... | 1207 |
| 392 – Efeitos da reforma da sentença | 1213 |
| 393 – Correção das sentenças..... | 1214 |

§ 76. Oposição do Revel

| | |
|-------------------------------|------|
| 394 – Conceito, remissão..... | 1217 |
| 395 – Procedimento..... | 1218 |

§ 77. Apelação

| | |
|--|------|
| 396 – Conceito. Remissão..... | 1221 |
| 397 – Relação entre a primeira e a segunda instância | 1223 |
| 398 – Condições do direito de apelar | 1232 |
| 399 – Procedimento de apelação..... | 1234 |
| 400 – Várias apelações. Apelação incidente. Adesão..... | 1244 |
| 401 – Intervenção no processo de apelação..... | 1247 |
| 402 – Revelia na apelação. Rejeição da apelação sem exame .. | 1248 |

§ 78. Revogação

| | |
|--|------|
| 403 – Conceito..... | 1251 |
| 404 – Condições da revogação..... | 1253 |
| 405 – Relações entre o processo de revogação e o processo precedente..... | 1258 |
| 406 – Procedimento..... | 1260 |
| 407 – Adesão | 1262 |

§ 79. Oposição de Terceiro

| | |
|---|------|
| 408 – Generalidade | 1263 |
| 409 – Oposição com fundamento no art. 510..... | 1267 |
| 410 – Oposição com fundamento no art. 512..... | 1270 |
| 411 – Relações entre a oposição do terceiro e o processo pre- cedente..... | 1272 |
| 412 – Procedimento..... | 1273 |

§ 80. Recurso de Cassação

| | |
|--|------|
| 413 – Conceito. Referências..... | 1275 |
| 414 – Condições do direito de recurso. Motivos do recurso..... | 1280 |
| 415 – Condições do direito de recurso; continuação. Legitimação para recorrer. Recurso condicionado..... | 1295 |
| 416 – Condições formais de recurso..... | 1297 |
| 417 – Procedimento. Contra-recurso. Adesão. Integração | 1303 |
| 418 – Fim do reconhecimento de cassação. Sentença. Desistência do recurso | 1310 |
| 419 – Processo de devolução. Recurso às câmaras reunidas | 1315 |